



Conjuntura brasileira

Agosto de 2020

Ana Patrícia Sampaio

CENTRAC / Secretária Executiva da Plataforma Mercosul Social e Solidário – PMSS

1. Visão panorâmica - A tragédia da pandemia e do pandemônio no Brasil

O Brasil ultrapassou a marca de 100 mil mortes por covid-19 no dia 8 de agosto e continua como o segundo país do mundo com maior número de casos e mortes na pandemia do novo coronavírus, atrás apenas dos Estados Unidos.

Passados cinco meses do início da pandemia, o Governo ainda não apresentou um plano de contenção da Covid-19 no país. Oficialmente já são mais de 110 mil mortes e mais de 3.418.000 contágios pelo vírus (*atualizado em 19.08) mesmo com a subnotificação e ocultação de casos.

A não existência de um plano e ações concretas revela a intencionalidade do governo brasileiro que considera as vidas perdidas para a Covid como meramente "descartáveis". Por isso, não há esforço para a criação de um plano de ação. O "*morrer é normal*" dito pelo presidente Jair Bolsonaro obedece a critérios de raça, gênero e classe bem específicos. E "*deixar morrer*" é uma das especialidades da necropolítica do Estado brasileiro.

O coronavírus não é apenas um agente biológico. Sua incidência depende de como o combatemos. Portanto, a pandemia é também predominantemente política devido as decisões de gestão de controle da pandemia, socioeconômica uma vez que se relaciona com a perversidade das desigualdades sociais e cultural ao determinar nosso comportamento individual para evitar o contágio.

O enfrentamento à pandemia no Brasil revela, com muita força, a falência de um modelo social, econômico e de bem-estar, especialmente na efetivação dos direitos humanos e acesso aos serviços públicos essenciais para as populações mais vulneráveis. A ocorrência da pandemia tem agudizado as desigualdades sociais e as violações de direitos já existentes para a população de menores rendimentos e para as pessoas, em sua maioria mulheres, que estão na linha de frente dos serviços de saúde e para as populações mais vulneráveis às ações arbitrárias do mercado e à violência do Estado.

Os casos notificados e óbitos pela Covid-19 são maiores na população negra do que na população branca. Com a maioria dos territórios quilombolas distantes de hospitais e excluídas de processos de distribuição das políticas públicas, as comunidades quilombolas denunciam a subnotificação e a ausência do Estado.

O mesmo drama envolve as populações indígenas que, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) registra 25.415 contágios, 678 óbitos, afetando 146 povos

(*atualizado em 17.08), mesmo com a ausência de registros de casos da doença entre indígenas urbanos.

Populações em situação de rua, profissionais do sexo, trabalhadoras e trabalhadores de áreas altamente precarizadas, como telemarketing, trabalho doméstico e profissionais informais, ambulantes, também manifestam maior vulnerabilidade à doença como consequência das desigualdades estruturais e da ausência de políticas sociais.

A falta de um plano governamental para conter a propagação do vírus na população e as mais de 1000 mil mortes diárias não são frutos de despreparo, mas significam uma escolha deliberada do governo de Jair Bolsonaro que se recusa a coordenar um esforço nacional de enfrentamento da pandemia, ridiculariza a doença e as mortes e sabota as medidas tomadas pelos governos estaduais e municipais. Na verdade, o plano do governo é a necropolítica, nos termos de Achille Mbembe, onde o Estado escolhe quem deve viver e morrer. Ao negar a humanidade de alguns grupos, legitima a violência e a morte dos mesmos.

2. O Estado contra o povo - as causas e os efeitos da crise sanitária

A intensificação do desmonte das políticas públicas, efeito da implementação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos EC 95/2016, que congela gastos em áreas essenciais por 20 anos, se conecta a um processo de destruição do país conduzido pelo atual presidente. Nossas riquezas nacionais – petróleo, pré-sal, água, estão sendo entregues às grandes corporações internacionais. E a Amazônia está sendo devastada velozmente (desmatamento, queimadas, apropriação de terras indígenas, garimpo). Cada ministro/a tem como missão destruir sua pasta.

Não por acaso, tem-se um ministro do Meio Ambiente condenado por crimes ambientais, a Ministra da Agricultura é conhecida lobista do agronegócio e da indústria de agrotóxicos, o Ministério das Relações exteriores se ocupa de entregar as riquezas do país e submeter-se de forma vergonhosa aos Estados Unidos (com graves afrontas à soberania nacional). O Ministério da Educação foi ocupado até agora, por fundamentalistas e terraplanistas, assim como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é conduzido por uma fanática religiosa que persegue organizações de defesa de direitos humanos e feministas. Já nem existe Ministério do Trabalho, que foi extinto no início desse governo, cumprindo assim com o objetivo de desmantelar as políticas e direitos trabalhistas conquistados ao longo de 90 anos.

No Ministério da Saúde, O ex-ministro Luiz Henrique Mandetta foi escolhido justamente para privatizar o Sistema Único de Saúde, mas foi surpreendido pela pandemia e pela necessidade de sustentar o SUS. Não resistiu muito e antes de ter seu nome associado à tragédia que se anunciava, forçou a demissão¹. Seu sucessor, Nelson Teich, um empresário da saúde, não completou um mês no cargo². Atualmente a pasta é conduzida por um militar, general Eduardo Pazuello, que de forma interina tem como missão ignorar e esconder as mortes, especialidade das forças armadas do país.

O poder legislativo, por sua vez, não está sustentando seu caráter de espaço representativo dos interesses do povo por excelência, e segue a orientação do governo de aproveitar a pandemia para aprovar projetos do interesse dos empresários em prejuízo dos trabalhadores e trabalhadoras.

1 Sua demissão ocorreu no dia 16 de abril, quando as Secretarias estaduais de saúde contabilizam 30.891 casos da covid-19 e 1.952 mortos em todos os estados.

2 Em 15 de maio, data de sua saída, as secretarias estaduais de Saúde relatavam no país 220.291 casos da covid-19 e 14.962 mortes.

No parlamento, não se cogita fazer alterações na EC 95, mas três dias depois de decretar Estado de Calamidade Pública devido a Pandemia de Covid-19 (20.03.2020), o governo liberou 1 trilhão e 200 bilhões para os bancos e em seguida lançou a MP930, Art. 3º que garante imunidade para diretoria e alguns funcionários do Banco Central.

No dia 01 de abril, o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sem nenhum debate público prévio, protocola a PEC 10/2020, “PEC do Orçamento de Guerra”, que foi aprovada em regime de urgência 2 dias depois, autorizando o Banco Central a realizar transações financeiras da dívida pública sem nenhum entrave legal ou orçamentário. Até por telefone, funcionários do BC estão autorizados a comprar bilhões em papéis podres dos bancos. Não à toa, no dia 13 de maio é editada Medida Provisória 966/2020 que dá total imunidade para agentes públicos em atos relacionados com a pandemia da covid-19.

O desmantelamento das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para grupos mais vulneráveis, resultaram em uma estrutura pública extremamente frágil para o enfrentamento da mais grave crise epidemiológica que o país já enfrentou.

O país enfrenta forte recessão, com 13,3% de desemprego. Segundo o IBGE, 13,5 milhões de pessoas tem capacidade e gostariam de trabalhar, mas, por diversos fatores, não procuraram emprego e/ou desistiram de procurar. Se somados aos desempregados, esse contingente de pessoas fora do mercado de trabalho alcança a marca de 26,8 milhões de pessoas, número esse que permite uma melhor avaliação da magnitude do problema do desemprego no Brasil, onde 40% da população economicamente ativa estão na informalidade e a população sem nenhuma ocupação soma 74,9 milhões de pessoas. Pela primeira vez, metade da população brasileira em idade de trabalhar está fora do mercado de trabalho, 30 milhões sem carteira assinada e 8 milhões na miséria, sem a cobertura de nenhum programa social.

No mês de julho, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve alta de 0,36%, com destaque para a alta nos preços da gasolina, energia elétrica e alimentos, aumentos que puxaram o índice para cima.

Neste grave cenário, onde a curva de contágio e de mortes parece estabilizada em estarrecedoras 1.000 mortes diárias em média, o isolamento social está sendo flexibilizado e as atividades retomadas de forma gradual, normalizando assim a morte, que passa a ser um problema individualizado, eximindo o poder público de suas responsabilidades.

Como o governo consegue se manter?

No cenário político, as classes abastardas alinharam-se ao Bolsonaro, com suas milícias digitais e armadas, militares corporativistas e sua grotesca ideologia de ultra direita, que busca garantir sua política de privatizações e desmonte do Estado de proteção social. O problema é que hoje Bolsonaro tornou-se um estorvo para uma parte da elite brasileira. Aqui se situa a atual correlação de forças:

A mídia corporativa (Globo, Folha, Estadão e outros), que expressa os anseios do capital financeiro e do capital produtivo (agronegócio, indústria e serviços) quer livrar-se de Bolsonaro sem mudar a política econômica representada por Paulo Guedes (Ministro da Economia). Tal propósito fica evidente na ausência de críticas à política econômica e aos militares que cercam o presidente para evitar estragos nas relações comerciais com a China e em outros pontos de interesse econômico.

Bolsonaro, porém, conta com total apoio do capital de rapina, que quer apossar-se de terras públicas, territórios indígenas e recursos naturais (Amazônia, água, garimpo). Protegido por grupos fascistas, religiosos de direita e grupos de ódio, ele tem uma base de apoio fiel que se situa em torno de 30% do eleitorado, aparentemente disposta a matar ou morrer.

A difusão sistemática e massiva de falsas notícias (*fake news*) para desinformar, difamar, destruir reputações, atacar adversários, atacar instituições da República tem sido prática recorrente do governo central. Estamos sendo governados sob o signo da “**guerra**” e do “**ódio**”. Não há adversários, mas inimigos. A principal “política” definida por Bolsonaro é a das armas e munições.

Do ponto de vista da organização política, não estamos mais numa democracia propriamente dita, estamos numa espécie de Estado de Exceção onde pessoas, instituições democráticas e poderes instituídos são ameaçadas sem que haja uma reação à altura e pessoas críticas ao governo são alvo de espionagem e perseguição política. O caso do dossiê com 579 pessoas supostamente antifascistas sob investigação do Ministério da Justiça é um ato típico de regime antidemocrático.

Mesmo com este cenário, a aprovação ao governo do presidente Jair Bolsonaro cresceu de 32% para 37% desde a segunda quinzena de junho e atingiu sua melhor taxa de ótimo ou bom desde o início do mandato, segundo pesquisa do instituto Datafolha, publicada no último dia 14 de agosto. A reprovação, soma da avaliação ruim e péssima, teve recuo mais acentuado e caiu de 44% para 34% no mesmo período. A parcela que considera o governo Bolsonaro regular também cresceu, de 23% para 27%, e há ainda 1% que preferiu não opinar.

Tal desempenho coincide com a liberação do auxílio emergencial de R\$ 600,00 para mais de 60 milhões de pessoas e a conclusão de obras iniciadas em governos anteriores além da atuação da máquina de comunicação digital do governo através das redes sociais.

3. As respostas sociais e as resistências necessárias

Diante da omissão deliberada do Estado, a sociedade civil organizada é quem está buscando soluções para atender as emergências no contexto da pandemia em diversas áreas.

No polo onde se situam os grupos e setores oprimidos, empobrecidos ou socialmente discriminados, tem-se:

- Resiliência, rearticulação e fortalecimento de Movimentos Sociais (Povos Indígenas, Partidos de esquerda, Sindicatos, MST, Mulheres, Movimento Negro, etc.) e emergência de novos movimentos em forma de coletivos (adolescentes, precarizados, LGBTs, antifas);
- Oposição de intelectuais, artistas, estudantes e religiosos à necropolítica;
- Manifestações de rua: movimentos antifas, antirracista, contra a violência (policial, à mulher, à população negra e outras formas), com respaldo nas redes sociais e painéis;
- Ação de bancadas no Congresso, setores do Judiciário e alguns Governos estaduais;
- Disseminação da economia solidária como alternativa à economia capitalista;
- Setores de Igrejas cristãs (inclusive bispos, padres e pastores) assumindo posicionamento contra a necropolítica - “Carta ao Povo de Deus”, assinada por 152 bispos católicos com duras críticas ao governo Bolsonaro e apoiada por mais de mil padres.

- Sociedade civil se mobiliza: inúmeras redes de solidariedade se formaram em todo o país para ajudar as populações mais vulneráveis revelando uma enorme capacidade de ação e reação da sociedade civil. Sindicatos, ONGs, associações, plataformas e coletivos uniram-se para pressionar as autoridades a adotar políticas públicas que vinculem isolamento social com proteção social. Eis alguns exemplos:

Renda Básica Emergencial - Uma ampla coalizão de organizações da sociedade civil juntou-se primeiro para defender a aprovação da proposta de renda mínima básica³ no Congresso Nacional e, depois, para pressionar pelo pagamento pelo Poder Executivo.

Solidariedade campo-cidade - A insegurança alimentar e nutricional e a desigualdade no acesso à comida de verdade, agudizadas pela pandemia, somam-se ao recente histórico de desmantelamento de políticas públicas importantes para a garantia do direito à alimentação saudável e adequada, como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019. Então desde o início da pandemia, os movimentos sociais do campo vêm atuando, por um lado, ajudar populações rurais contra os impactos da pandemia e fortalecer a solidariedade campo-cidade, organizando a doação de alimentos da agricultura familiar para entidades urbanas. Este tipo de iniciativa ocorre em todas as partes do país.

Em paralelo, inúmeros grupos, coletivos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais se fortalecem para reivindicar melhor gerenciamento de políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mais de 300 movimentos e organizações sociais do campo e da cidade apresentaram uma proposta⁴ para o fortalecimento do PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além pressionar pela sanção presidencial do projeto de lei 735/2020, o PL Emergencial da Agricultura Familiar, batizada Lei Assis Carvalho.

Mobilizações nas Periferias Urbanas - Muitos coletivos e grupos estão se organizando em territórios urbanos periféricos, para gerar informação adaptada à realidade dessas comunidades, combater notícias falsas, organizar a distribuição de doações, responder a eventuais emergências e até organizar serviços médicos.

Paralisação nacional dos entregadores de aplicativo - Os trabalhadores de serviço de entrega dos aplicativos fizeram uma paralisação nacional no dia 1º de Julho de 2020 no Brasil. O material de chamada para participação da paralisação, tanto dos entregadores quanto dos usuários dos aplicativos de entrega, teve ampla difusão nas redes sociais.

Mobilizações de povos indígenas e população negra - A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em assembleia, criou o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena como grupo responsável para acompanhar a disseminação do coronavírus nas comunidades e seu enfrentamento. Como parte das atividades, o Comitê criou a campanha Quarentena Indígena, que divulga boletins sobre o assunto, faz a contabilidade de casos e informa os indígenas sobre a pandemia. A APIB também está inserida na Missão Covid⁵ - uma plataforma voltada para o combate do coronavírus, desenvolvida para o atendimento médico gratuito por vídeo chamada para pacientes indígenas aldeados e também os que vivem nas cidades e estão com sintomas da Covid-19.

³ <https://www.rendabasica.org.br/>

⁴ <https://bit.ly/31btLot>

⁵ <https://missaocovid.com.br/indigena>

A organização UNEAfró e mais 12 parceiros, incluindo redes de apoio a quilombolas, estão distribuindo cestas básicas e kits de higiene em periferias e em 8 quilombos, localizados em 5 estados diferentes.

Pacto pela vida e pelo Brasil - Várias entidades, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – se juntaram para defender o Pacto pela Vida⁶ e pelo Brasil. O Pacto é em defesa das medidas de prevenção e contenção para desacelerar a transmissão do coronavírus e seu contágio, e da busca por soluções que visem o bem comum e, em especial, dos mais pobres e vulnerabilizados.

Denúncias nos Tribunais internacionais - No último dia 27 de julho foi apresentada uma queixa contra o presidente Jair Bolsonaro no **Tribunal Penal Internacional** pela Rede Sindical Brasileira UNISAúde, que representa mais de um milhão de profissionais do setor no país. A organização acusa Bolsonaro de crime contra a humanidade e genocídio por sua atuação na pandemia de coronavírus.

Existem outras três representações com acusação semelhante apresentadas desde abril, pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, pelo PDT e por José Manoel Ferreira Gonçalves, coordenador do grupo Engenheiros pela Democracia.

A outra queixa criminal, apresentada ainda em 2019 pela Comissão Arns e o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos, pede que o presidente seja investigado por "incitação ao genocídio e ataques sistemáticos contra populações indígenas", devido ao "desmantelamento" de políticas públicas de proteção a esses povos e ao meio ambiente.

Bolsonaro também é acusado na **Corte Interamericana de Direitos Humanos**. A denúncia foi formulada no último dia 7 de maio pela bancada do PSol na Câmara dos Deputados, o Instituto Vladimir Herzog e o Núcleo de Preservação da Memória Política. Essa ação foi motivada pelo convite para uma conversa no Palácio do Planalto do presidente brasileiro ao tenente-coronel reformado do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, 85, um dos responsáveis pela repressão à guerrilha do Araguaia durante a ditadura militar (1964-1985). Conforme a denúncia, o governo Bolsonaro insulta a "memória das vítimas do caso Gomes Lund⁷ e outros e de todas as pessoas desaparecidas, mortas e torturadas pela ditadura brasileira". O caso provocou a condenação do Brasil, por unanimidade, na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010. A sentença prevê a adoção de ações por parte do Estado para reparar violações cometidas durante o período da ditadura militar.

⁶ <http://www.abc.org.br/2020/04/07/pacto-pela-vida-e-pelo-brasil/>

⁷ O Brasil foi condenado por violações de direitos humanos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no chamado caso da "Guerrilha do Araguaia" (*Gomes Lund e outros vs. Brasil*, sentença de 24 de novembro de 2010) por violação a *Convenção Americana de Direitos Humanos* (tratado ratificado em 1992 pelo Estado), devendo responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e camponeses da região como resultado de operações do Exército empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar brasileira (1964–1985).